

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.718 - MG (2019/0094755-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : GUILHERME FERREIRA BELO (PRESO)
ADVOGADO : MAICON TEIXEIRA DOS SANTOS - MG132278
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por **Guilherme Ferreira Belo** contra acórdão prolatado pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 0088609-58.2019.8.13.0000.

Em 21/1/2019, o recorrente foi autuado em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas (34 g de *crack* e 133 g de maconha). Posteriormente, o Juízo da 1ª Vara Mista da comarca de Lagoa da Prata/MG homologou o flagrante e decretou a prisão preventiva do flagrantado.

Impetrado *writ* na origem, o Tribunal de Justiça denegou a ordem.

Neste recurso, a defesa alega, em síntese, ausência de fundamentos idôneos para a manutenção da prisão do ora recorrente.

Destaca que o recorrente é primário, possui bons antecedentes, possui residência fixa e emprego lícito. E, ainda, que a situação fática não demonstra maior periculosidade.

Requer, inclusive, liminarmente, a revogação da prisão preventiva a fim de que o recorrente possa responder ao processo em liberdade.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

À primeira vista, a mim me parece desproporcional e sem fundamentos idôneos a decretação da prisão preventiva do paciente pelo Juízo de piso. Eis o *decisum* (fl. 34):

[...] a considerável quantidade e diversidade da droga apreendida, revela que a conduta do agente é de alto grau de reprovabilidade, pois indicativa de desrespeito aos preceitos ético-jurídicos que norteiam a sociedade. Dessa forma, a prisão preventiva, na hipótese, tem por escopo evitar a prática de novos crimes, inclusive, impedindo que a coletividade, venha a se sentir desprotegida e atemorizada; até porque o traficante faz do comércio pernicioso o seu meio de vida e a ordem pública local tem sido reiteradamente ofendida pela prática, que se tornou usual e vezeira, de crimes de tráfico ilegal de droga.

Com olhos postos nos princípios constitucionais da presunção de inocência, da ampla defesa e do devido processo legal, a alteração do Código de Processo Penal, implementada pela Lei n. 12.403/2011, deu ao magistrado, para assegurar a ação penal, um rol de medidas restritivas de direitos menos gravosas ao réu do que a prisão preventiva. Com efeito, tal cautela é medida excepcional e se revela como última providência a ser adotada pelo período estritamente necessário, quando as demais não se mostrarem adequadas ou suficientes.

Na hipótese dos autos, tendo em vista a primariedade do paciente, a quantidade da droga apreendida, apesar de não poder ser considerada inexpressiva (34 g de *crack* e 133 g de maconha), autoriza a substituição da prisão por outras medidas cautelares em razão da ausência de fundamentação concreta para a decretação da custódia.

Ante o exposto, **defiro** medida liminar para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento deste *writ*, se por outro motivo não estiver preso, impondo-lhe, por ora, a medida cautelar prevista no art. 319, I (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pela autoridade judicial, para informar e justificar atividades). Advirtam o paciente da necessidade de permanecer no distrito da culpa, atendendo aos chamamentos judiciais.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo da 1ª Vara Mista da comarca de Lagoa da Prata/MG (Autos n. 0007180-20.2019.8.13.0372) para que sejam tomadas imediatas providências, solicitando-se-lhe informações detalhadas acerca do andamento do processo, bem como sobre a atual situação do paciente.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

